

Participação Social e Saúde: Revisão Sistemática sobre o Tema

Fernando Santana de Paiva¹; Angélica Lima²; Marcela Gouvêa Guedes²; Pedro Henrique Antunes da Costa²; Cornelis Johannes van Stralen³

1. Doutorando de Psicologia/UFMG; 2. Discente do curso de Psicologia/UFJF; 3. Docente do Curso de Psicologia UFMG;

Palavras-chave: Participação Social; SUS; Revisão Sistemática.

Resumo:

Respondendo à mobilização da sociedade civil, a Constituição Federal de 1988 descentralizou a gestão das políticas públicas e sancionou a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. A regulamentação das normas constitucionais propiciou inovações institucionais: conferências municipais, estaduais e nacionais temáticas e conselhos gestores de políticas públicas de caráter permanente correspondentes. Os novos arranjos institucionais ampliaram a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas.

Tendo em vista este novo panorama na relação entre Estado e sociedade civil na gestão das políticas de saúde, uma agenda de pesquisa tem sido empregada na tentativa de compreensão sobre os impactos destas arenas participativas sobre a construção de políticas públicas na área. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi identificar trabalhos que buscam compreender este processo no contexto brasileiro.

Método: Inicialmente procedeu-se a procura dos artigos a partir de quatro bancos de dados – Lilacs, Ibecs, Medline, Scielo e Paho -, sendo utilizados os seguintes descritores bibliográficos: social participation, social control, community participation, participative management juntamente com Health Councils and Health Conferences. Num segundo momento foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para a composição da amostra final. Os critérios de inclusão foram: a) Tratar-se de pesquisa empírica ou teórica sobre o tema; b) Apresentar (no caso de pesquisa empírica) objetivos, métodos e resultados claramente definidos; c) A pesquisa ter sido realizada exclusivamente com os conselhos gestores de saúde. Os critérios de exclusão foram: a) teses, dissertações e/ou matérias educativos; b) a ausência de uma descrição

metodológica completa (no caso de estudos empíricos); c) estudos realizados com outros conselhos gestores.

Encontrou-se 216 artigos e após a leitura pormenorizada dos resumos e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 61 artigos para compor a amostra final. A terceira etapa consistiu na tabulação dos estudos encontrados, com discriminação dos seguintes itens: autores; ano; país de publicação, descrição do tema de estudo, metodologia empregada e análise dos resultados encontrados. Finalmente, realizou-se a análise descritiva e qualitativa da amostra bibliográfica, acompanhada de discussão crítica do material.

Resultados: Do total de artigos selecionados, 53 são relacionados à análise da experiência dos conselhos gestores de saúde brasileiros, 02 buscam analisar as conferências de saúde enquanto 6 dizem respeito a experiências ocorridas em outros contextos, Canadá e Inglaterra. Foram encontrados 49 estudos empíricos e 12 que se configuraram como revisões teóricas. Dentre os estudos empíricos, a metodologia mais empregada foi a qualitativa a despeito de desenhos estritamente quantitativos. Os principais temas de estudo encontrados foram: o papel do conselho municipal de saúde no controle social de políticas de saúde, a qualidade da representação, os discursos e significados sociais construídos acerca da participação social e demais questões que favorecem e/ou dificultam o processo de consolidação das arenas democráticas de participação e deliberação, tais como: diálogo entre os atores sociais e estatais, o fluxo de informações entre os atores e instituições no campo da saúde, o perfil dos conselheiros, os aspectos institucionais que impactam nas práticas dos conselheiros, as relações assimétricas que se instauram no interior dos conselhos e a falta de capacitação para atuação junto aos conselhos gestores.

Discussão: Os artigos analisados neste estudo apontam que os arranjos de participação e deliberação sobre políticas de saúde são ainda marcados por uma série de fatores de constrangimento para sua consolidação como espaço efetivamente democrático e capaz de assegurar a construção de um padrão de cidadania plena no contexto brasileiro. Nesta direção os impactos destes novos espaços públicos na deliberação sobre as políticas de saúde são tidos limitados. No entanto os vários estudos realizados apontam para o potencial democrático destas arenas, uma vez que há a possibilidade de que os grupos tradicionalmente excluídos dos processos de condução da política pública possam se inserir na arena política, vocalizando suas demandas e pressionando a atuação do Estado para a construção de políticas mais universais e que

contribuam para a redução das históricas desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira. Nesta perspectiva, é importante o avanço nos processos de análise e entendimento desses arranjos tendo em vista a necessidade de compreendermos como a sociedade conduzirá estes novos espaços públicos de participação e deliberação política.

Referências Bibliográficas

Avritzer L. (2002). Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: Santos BS, organizador. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; p. 561-97.

Benevides MV. (1991) A cidadania ativa. São Paulo: Ática.

Bobbio N. (1986). O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra;

Cohn A. (2003) Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde. *Revista Ciência Saúde Coletiva*; 8(1):9-18.

Cortes SMV. (2002) Construindo a possibilidade de participação de usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*; 4(7):18-49

Delgado, M. M. E., Sarah (2008). Ensaio sobre a resolução 333/03 do CNS: entre as dimensões política e técnica, e entre as dinâmicas participativa e fiscalizatória. *Divulgação Saúde em Debate* (43): 79-95.

Duriguetto, M.L. (2007) Sociedade Civil e Democracia:Um debate necessário. São Paulo: Ed.Cortez.

Goulart FA. (1993) Movimentos sociais, cidadania e saúde: anotações pertinentes à conjuntura atual. *Rev Saúde em Debate*; 39:53-75.

Hevia Rivas, P. (1977). Modelos de participación de la comunidad en los programas de salud. *Educación Médica y Salud (OPS)* 11(3):258-276

Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União 1990; 28 dez. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Santos BS, Avritzer L. (2002). Para ampliar o cânone democrático. In: Santos BS, organizador. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; p. 39-82.

Sposati, A. a. L., Elza (1992). Controle social e políticas de saúde. *Cad. Saúde Pública* 8(4):366-378.

Westphal MF. (1995) Gestão participativa dos serviços de saúde: pode a educação colaborar na sua concretização? *Revista Saúde em Debate*; 4:41-5.